

CONSTRUÇÕES NO PARQUE DA CIDADE: de Aristóteles a Rui Rio

Joaquim Barbosa

Para a Professora Fernanda Irene Fonseca,
com quem aprendi a ver o Homem na
Linguagem.

1. Introdução

“Nunca encontraremos o homem separado da linguagem”, diz Emile Benveniste, “e nunca o veremos inventando-a. [...] O que encontramos no mundo é um homem falando, um homem falando a outro homem, é a própria linguagem que ensina a definição do homem.” (Benveniste, 1976:50). Algumas das mais belas criações humanas, atrevo-me a dizê-lo, são produtos linguísticos, são fruto desta inseparabilidade do homem e da linguagem e do acostumar-se o homem a “interpretar tudo o que sente por forma mais ou menos comunicável ao seu semelhante”, de que fala Óscar Lopes nessa belíssima oração de sapiência que é *As Mãos e o Espírito* (Lopes, 1958/2007:38). Lembro-me de *O Cântico dos Cânticos*, de *Romeu e Julieta*, de *O Príncipezinho*, de *Alice do outro lado do Espelho*, de *A Ilha Misteriosa*, da *Iliada*, de *Henrique IV*, de *Morte em Veneza*; lembro-me de poemas de Safo ou de Eugénio de Andrade... e em todas estas coisas belas, vejo o Homem e vejo a Linguagem.

Contudo, a ferramenta que pode servir para construir mundos maravilhosos como a *Utopia* ou a *Terra do Nunca* pode também ser usada para destruir, ou criar condições para justificar a destruição de outros mundos, de outros povos, de outros homens. Podemos ver como isso é possível numa outra bela obra: *A Honra perdida de Katharina Blüm*, de Heinrich Böll (Böll, 1974) – que na tradução portuguesa perdeu o, significativo, subtítulo original: *wie Gewalt entstehen und wohin sie führen kann* (como aparece a violência e até onde ela pode levar) – ou em *War of Words*, de Sandra Silberstein (Silberstein, 2004) – obra de que tive o prazer de

* Este trabalho foi financiado pelo Programa FEDER/POCTI-U0022/2003 da Fundação para a Ciência e Tecnologia

fazer uma recensão para o primeiro número da revista *Linguística*, (Barbosa, 2006) – que mostra como pôde a linguagem ser mobilizada para (re)criar consensos e identidades nacionais de forma a justificar uma guerra, neste caso a invasão do Iraque em 2003.

Neste trabalho vou falar de um produto linguístico, um título de jornal, que destruiu, ou ajudou a destruir, as relações entre duas das mais importantes instituições da cidade do Porto: o *Jornal de Notícias*, um dos mais antigos e o mais lido diário português, e a Câmara Municipal, na pessoa do seu presidente, Rui Rio. Mostrarei de que modo a forma do produto linguístico que é um título de jornal pode influenciar a sua interpretação. Começarei por expor a motivação da investigação, descrevendo os factos que estão na origem do título que pretendo estudar, enunciando em seguida os objectivos e o caminho da investigação.

2. O Motivo

A frente urbana do Parque Ocidental da Cidade do Porto, vulgarmente conhecido como Parque da Cidade, tem sido, ao longo dos anos, alvo dos apetites da especulação imobiliária e, por isso, tema quase obrigatório de campanhas e promessas eleitorais. Na campanha para as eleições autárquicas de 2001, Rui Rio, candidato do PSD (Partido Social Democrata), prometeu que, se ganhasse as eleições, não haveria construções no Parque da Cidade. Ganhou as eleições e cumpriu a promessa.

No início do segundo mandato, em entrevista ao *Jornal de Notícias*, quando os jornalistas lhe perguntaram se continuava a dar garantias de que não ia haver construções no Parque da Cidade, Rui Rio respondeu assim:

R – É uma garantia que tem de ser entendida de uma forma equilibrada e com bom-senso. Quando digo que não há construções, estou a referir-me à especulação imobiliária. Não estou a imaginar, mas pode haver um qualquer pormenor, um remate – Neste mandato tenho condições para tentar uma solução.

JN – Acha que é a altura de lançar o debate que nunca foi feito?

R – Vou dar uma resposta arriscada: admita que aparecem outros pressupostos que me levam a equacionar outro raciocínio. É evidente que para chegarmos a outra solução, tinha sempre de passar pelo maior debate que alguma vez foi feito no Porto. (JN, 30/10/2005, p. 5)

¹ O título da primeira página foi diferente em outras edições.

Estas respostas foram traduzidas na seguinte manchete, a três quartos da largura da primeira página da edição nacional¹ do JN de 30 de Outubro de 2005:



Primeira Página do JN de 30/10/2005

O título motivou uma reacção imediata do Gabinete de Comunicação da Câmara Municipal do Porto que, no dia seguinte, através de um comunicado assinado pelo presidente da câmara, anunciou novas “Linhas de Orientação da Câmara do Porto com a Imprensa” por considerar que a referida manchete constituía

uma subtil manipulação das minhas declarações [...] um abuso ilegítimo de interpretação, com a intenção clara de enganar os leitores, criando-lhes no subconsciente a ideia de que alterei o meu pensamento sobre o futuro do parque da cidade. (Comunicado de 31/10/2005)

Nos dias que se seguiram, a reacção de Rui Rio e o título do JN foram alvo de reacções em notícias, crónicas e comentários na imprensa, na rádio, na televisão, em blogues.

3. Objectivos

Não compete ao linguista pronunciar-se sobre as intenções do autor do título, mas compete-lhe mostrar que a selecção léxico-sintáctica utilizada autoriza as diversas interpretações a que deu origem; compete ao linguista – com o rigor científico que a reflexão sobre a linguagem e as línguas naturais lhe permite – mostrar que as línguas dispõem de imensos recursos, recursos que o falante deve conhecer se quer

expor com precisão o seu pensamento ou descrever as situações com que depara. Neste sentido, é meu objectivo, nesta investigação, analisar o título que deu origem à polémica numa perspectiva puramente linguística e, utilizando uma abordagem lógico-semântica e pragmática, mostrar as propriedades linguísticas do enunciado que o tornam ambíguo.

A este objectivo principal, ligam-se dois objectivos secundários: i) convidar os linguistas para o estudo linguístico sistemático do discurso jornalístico, nem que seja como exercício de um direito e um dever de cidadania; e ii) mostrar aos jornalistas a utilidade da reflexão cuidada sobre o seu principal instrumento de trabalho, a linguagem. Por vezes, ao percorrer os *curricula* de alguns cursos de jornalismo, fico com a impressão de que o computador passou a ser o principal instrumento de trabalho do jornalista. Todavia, não é computador – tal como não é a pena, a caneta de tinta permanente ou a esferográfica – que escreve, mas sim o ser humano que dele se serve e que possui e desenvolveu uma faculdade específica da sua espécie: a faculdade da linguagem, uma ferramenta que não serve só para comunicar mas também, e, se calar, sobretudo, para organizar o pensamento. Nos tempos de incertezas que vivemos, e em que se espera que sejam os jornais a *explicar* o que o imediatismo da televisão *mostra*, parece-me pertinente recordar o que dizia Albert Camus, no *Combat* de 8 de Setembro de 1944, acerca da necessidade do “jornalismo crítico”: “Quer-se informar depressa, em vez de informar bem. A verdade fica a perder” (Camus, 1950/2001:31). Considero ainda que o direito constitucional à informação não poderá ser exercido plenamente pelos cidadãos se os intermediários² que a devem veicular não o fizerem com a clareza que a língua possibilita. É certo que o “jornalismo crítico” de que fala Camus não tem a ver unicamente com o domínio dos recursos linguísticos, mas passa, necessariamente, por aí.

Tendo em conta este objectivo, adopto conscientemente um registo de linguagem mais adequado a trabalhos de divulgação do que de investigação propriamente dita. Como se verá, a abordagem que vou fazer envolve áreas bastante complexas que, num trabalho de investigação pura, implicaria o recurso a uma maquinaria formal inacessível a muitos dos leitores que pretendo atingir. Procurarei, contudo, ser rigoroso e claro, remetendo os leitores interessados para leituras mais desenvolvidas. Começarei, na próxima secção, por isolar o problema principal do título que pretendo analisar, para, nas secções seguintes, proceder à sua análise. Primeiro, numa perspectiva semântica e pragmática, secções 4 a 6; depois, na perspectiva da lógica clássica, secção 7.

Após a análise do título em si mesmo, tentarei, na nona secção, avaliar se a informação mediada pelo título corresponde à informação veiculada pelo texto da

² É este o sentido do termo latino *media* (*medius*, *media*, *medium*) usado para referir os meios de comunicação social.

entrevista que pretende traduzir. Para isso convidarei o leitor a acompanhar-me na análise das construções condicionais.

Defenderei, por fim, que a construção linguística seleccionada pelo autor do título não só autoriza mais do que uma interpretação, abrindo, assim, caminho a interpretações como a de Rui Rio, como, de facto, não corresponde às declarações expressas no corpo da entrevista.

4. O Problema

Ignoremos, por agora, a questão de saber se o título da primeira página traduz ou não com fidelidade as declarações do entrevistado e concentremo-nos apenas nos elementos linguísticos que o constituem. O principal problema do enunciado “Rio admite construções no Parque da Cidade” é a ocorrência de um nome contável na forma do plural sem quaisquer determinantes ou quantificadores: o lexema *construções*. Dizemos nestes casos que estamos perante a ocorrência de um *plural simples*, ou um *mero plural*, como são conhecidas, na análise linguística, estas construções. Veremos ainda que o verbo e o tempo verbal seleccionados contribuem para complicar a questão. O nome próprio³ – (Rui) Rio – e o sintagma preposicional locativo – no Parque da Cidade – são irrelevantes para a análise que pretendo fazer.

5. Plurais Simples.

Como lembra Greg Carlson, num artigo que se tornou um clássico obrigatório (Carlson, 1977), estas construções constituem desde há muito um quebra-cabeças tanto para gramáticos como para filósofos “principalmente por causa da diversidade de interpretações possíveis” (Carlson, 1977/2002:35). Ainda que não exista acordo generalizado quanto às interpretações possíveis, a principal discussão centra-se na ambiguidade entre duas leituras distintas destas expressões: a leitura genérica, como em (1), e a leitura existencial (ou plural indefinido), como em (2).

(1) O Pedro adora cavalos

(2) O Pedro viu cavalos no Parque da Cidade

O uso genérico é muitas vezes sentido como um quantificador universal, \forall , o que permitiria representar (1) pelas condições de verdade descritas em (3a/b)

³ Doravante, para simplificar e despersonalizar, substituirei o nome próprio (Rui) Rio pelas iniciais RR na repetição do título e nas variantes que for introduzindo.

- (3) a. $\forall x$: cavalo (x) \rightarrow adora (João, x)
 b. (Para todo o objecto x, se x é cavalo, o João adora x)

Na verdade, o uso genérico não pode ser representado pelo quantificador universal pelo facto de aceitar excepções. É razoável aceitar a eventualidade de, em (1), haver cavalos de que o Pedro não goste, sem que esse facto retire legitimidade ao enunciado. Ainda que haja outras possibilidades de interpretação – que não explorarei quer por serem irrelevantes para os objectivos deste trabalho, quer, sobretudo, porque exigiriam um desenvolvimento incompatível com o espaço disponível⁴ – o uso genérico pode ser interpretado, como *a maior parte de* ou *em geral*. Assim, (1) poderia ser interpretada como (4) ou (5)

- (4) O Pedro adora *a maior parte dos cavalos*.
 (5) O Pedro adora cavalos *em geral*.

Ora esta interpretação não pode ser aplicada a (2). Aqui, a interpretação mais plausível é a de o Pedro ter visto um número não definido de cavalos no Parque da Cidade. Daí se considerar a hipótese de uma interpretação plural indefinida, ou existencial, correspondente a *alguns*. É verdade que poderíamos utilizar o quantificador existencial, \exists , como em (6a/b), sem prejuízo das condições da verdade,

- (6) a. $\exists x$: cavalo (x) & O-Pedro-viu-no-Parque-da-Cidade(x)
 b. (Existe pelo menos um x, tal que x é cavalo e o Pedro viu x no Parque da Cidade)

mas a proposição não corresponderia à interpretação que acabámos de ver, já que o plural *cavalos*, em (2), exige que pelo menos dois cavalos tenham sido vistos por Pedro no Parque da Cidade.

Não é meu desejo explorar a controvérsia sobre os plurais simples, mas apenas mostrar que a construção seleccionada pelo autor do título é, no mínimo, potencialmente geradora de ambiguidade, deixando margem para mais do que uma interpretação⁵. Acrescento apenas que as duas interpretações são possíveis em português. Ana Brito considera que “a interpretação normal dos plurais simples é a existencial” e que “a leitura genérica [...] é [...] uma opção marcada em português, só surgindo em função de certos factores contextuais” (Brito, 2003a:361). A importância do contexto é também referida por outros autores, nomeadamente Carlson no trabalho já referido.

É exactamente o contexto linguístico da frase – o predicador e o tempo verbal utilizados – que me leva a defender que o título em causa tem, preferencialmente, uma leitura genérica.

⁴ Para informação mais desenvolvida, vd., por exemplo, Oliveira (1997).

⁵ Vd. Krifka (2004) para uma resenha do estado da arte sobre o assunto.

6. A natureza aspectual de *admitir* e o Presente do Indicativo

O verbo *admitir* tem, entre outros, os sentidos de *aprovar* e *aceitar a hipótese*.⁶ Ora, estes dois sentidos têm naturezas aspectuais distintas: no último estamos perante um estado, no primeiro estamos perante um evento⁷. Enquanto *aprovar* conduz a uma leitura existencial, que exige a instanciação de construções, com *aceitar a hipótese*, a existência de instanciações de construções é, no mínimo estranha, como vemos em (7) e (8).

- (7) a. RR *aprova* construções no Parque da Cidade.
- b. Todas as semanas RR *aprova* construções no Parque da Cidade.
- (8) a. RR *aceita a hipótese* de construções no Parque da Cidade.
- b. (?) Todas as semanas RR *aceita a hipótese* de construções no Parque da Cidade.

Por outro lado, a utilização do Presente do Indicativo não ajuda a desambiguar o enunciado. Todos sabemos que este tempo verbal é comum em títulos de jornal para referir eventos do passado. Estes títulos são aceites com naturalidade porque o leitor sabe que as situações por eles descritas não estão a ocorrer no momento em que o jornalista escreve, ou em que o leitor lê, mas, em geral, as situações descritas pelo Presente do Indicativo poderiam sê-lo igualmente pelo Pretérito Perfeito. Na mesma página que traz o título “Rio admite construções no Parque da Cidade”, podemos encontrar outros títulos no Presente do Indicativo – “Mário Soares lança ataque a Cavaco”; “F.C. Porto apático empata em casa (0-0) com Setúbal”; “Naval trava (1-1) série vitoriosa do Benfica” – que poderiam, sem perda de rigor, ser redigidos no Pretérito Perfeito – “Mário Soares *lançou* ataque a cavaco”; “F.C. Porto apático *empatou* em casa (0-0) com Setúbal”; “Naval *travou* (1-1) série vitoriosa do Benfica”. Curiosamente, o título referente ao Naval tem um pós-título no Pretérito Perfeito – “Golo de Nuno Gomes impediu derrota”

“Do ponto de vista aspectual”, diz Fátima Oliveira, “o Presente do Indicativo apresenta a interessante característica de só ser um tempo presente, pelo menos parcialmente sobreposto ao tempo da enunciação, com *estados*” (Oliveira, 2003:144)⁸. A leitura eventiva exige adverbiais de quantificação, como vimos em (7) e (8). Enquanto *aprovar* autoriza quer a leitura estativa, em (7a), quer a leitura

⁶ Cf. Grande Dicionário da Língua Portuguesa (Machado, 1981).

⁷ Para simplificar a exposição, estou a usar uma tipologia aspectual muito reduzida, limitada a estados, caracterizados por serem homogéneos e não dinâmicos (cf. O Pedro é professor), e eventos, caracterizados por serem dinâmicos e télicos (cf. O Pedro tem aulas às segundas e quintas.). Para mais informação vd, por exemplo, Oliveira (2003).

⁸ Ver também, neste volume, Oliveira et alli, ‘Questões de Semântica Temporal nos programas de Português do Ensino Secundário’.

eventiva resultante do uso do adverbial *todas as semanas*, em (7b), *aceitar a hipótese* apenas autoriza com naturalidade a leitura estativa, (8a), sendo a versão com o adverbial, (8b), no mínimo, estranha. Esta estranheza acentua-se se usarmos o Pretérito Perfeito, como em (9) e (10).

- (9) a. R *aprovou* construções no Parque da Cidade
 b. *Todas as semanas* R *aprovou* construções no Parque da Cidade
 (10) a. R *aceitou a hipótese* de construções no Parque da Cidade
 b. (?) *Todas as semanas* R *aceitou a hipótese* de construções no Parque da Cidade

Como o Pretérito Perfeito induz uma leitura episódica, este efeito, adicionado à informação temporal do adverbial, colide, de algum modo, com a leitura estativa de *aceitar a hipótese*. Aceita-se com naturalidade o enunciado (9b), mas não (10b)

7. A pragmática dos Plurais Simples

Utilizando uma abordagem semântica, mostrei que alguns problemas levantados pelo título que estou a analisar se devem ao uso do plural simples *construções*, associado ao verbo e ao tempo verbal seleccionados. No entanto, ainda que, do ponto de vista semântico, o problema seja bem mais complexo do que a minha abordagem pode deixar parecer, a interpretação dos plurais simples não envolve apenas problemas semânticos. Também do ponto de vista pragmático se levantam problemas sérios e muita discussão.

Como vimos, uma das leituras possíveis dos plurais simples, a que parece ser preferencial em português, é a de um plural indefinido equivalente a *alguns*. Independentemente da discussão semântica, tentemos perceber qual é a interpretação que, na interacção verbal comum, os falantes dão a este quantificador. Comparemos os seguintes enunciados:

- (11) O Pedro comeu todos os bolos.
 (12) O Pedro comeu muitos bolos.
 (13) O Pedro comeu alguns bolos.
 (14) O Pedro comeu um bolo.

Em termos puramente lógicos, o enunciado (11) não é contraditório com nenhum dos outros. Dizemos que (11) implica logicamente (12) e podemos afirmar que *se é verdade que* (11), *então é verdade que* (12), ou (13), ou (14)⁹. Note-se que

⁹ Para os mais cépticos ou não iniciados: não se pode comer alguns bolos sem comer um bolo; não se pode comer muitos bolos sem comer alguns bolos; etc.

esta inferência lógica só funciona num sentido: podemos inferir (12) a partir de (11), mas não esta a partir daquela.

Porém, não são só de natureza lógica os cálculos de sentido que se fazem na prática conversacional comum. Perante um enunciado como (13), por exemplo, o nosso raciocínio será algo como: *se me dizem que o Pedro comeu alguns bolos, então isso quer dizer que não comeu um bolo, nem muitos bolos, nem todos os bolos*. Ou seja, a escolha de qualquer dos quantificadores apontados implica a exclusão de todos os outros¹⁰. Dito de outro modo, aceitamos que perante uma escala de valores, o locutor opta pela expressão mais informativa ao seu dispor. Utilizando um conceito que remonta aos trabalhos de Paul Grice (Grice, 1975), com muitos desenvolvimentos posteriores, chamamos a estas implicações, em Pragmática Linguística, *implicaturas conversacionais escalares*.¹¹

Num trabalho recente sobre a pragmática da morfologia do plural, Benjamin Spector (Spector, 2007), defende que nos plurais simples o morfema do plural entra em competição com o morfema do singular pelo que um enunciado como (15) é a negação de (16), dando origem à implicatura escalar (17): *Se me dizem que o Pedro comeu bolos, é porque ele não comeu exactamente um bolo. Logo, o Pedro comeu pelo menos dois bolos*.

(15) O Pedro comeu bolos

(16) O Pedro comeu *exactamente um* bolo

(17) O Pedro comeu *pelo menos dois* bolos.

Embora a investigação de Spector tenha outras, e interessantes, consequências, podemos concluir que as suas propostas apontam para a possibilidade de uma leitura existencial dos plurais simples, um plural indefinido, como já tínhamos visto por outras vias.

8. O Quadrado das Oposições

Depois de termos verificado, por dois caminhos diferentes, que a leitura preferencial de “Rio admite construções no Parque da Cidade” é a existencial, correspondente a “RR admite *algumas* construções no Parque da Cidade”, tentemos olhá-la, ainda que brevemente, à luz da lógica clássica. Começemos por transformar, sem exigir a demonstração, a proposição “Rio admite algumas construções

¹⁰ Uso implicitar, para referir a relação de natureza conversacional, reservando implicar para as relações de natureza lógica

¹¹ Para uma discussão recente sobre implicaturas conversacionais escalares, vd. Russel (2006)

no Parque da Cidade” na proposição (18), que corresponde, na lógica aristotélica, a uma proposição de Tipo I, Proposição Particular Afirmativa.

(18) Algumas construções são admitidas (Tipo I – Particular Afirmativa)

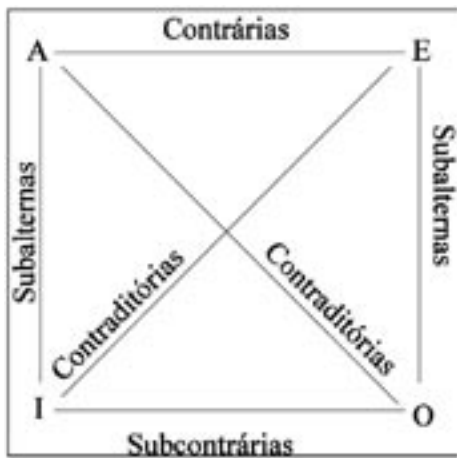
A partir desta, construamos as restantes três proposições da tipologia clássica:

(19) Todas as construções são admitidas (Tipo A – Universal Afirmativa)

(20) Nenhuma construção é admitida (Tipo E – Universal Negativa)

(21) Algumas construções não são admitidas (Tipo O – Particular Negativa)

Olhemos agora para o Quadrado das Oposições com que Apuleio, século II A.D., representou as relações entre os diversos tipos aristotélicos.



Quadrado das Oposições

Facilmente verificamos que qualquer dos tipos mantém relações com os outros três, definindo, no total, doze pares: (A,E), (A,O), (A,I); (E,A), (E,I), (E,O); (I,A), (I,E), (I,O); (O,E), (O,A), (O,I).¹²

Consideremos apenas os pares que incluem a proposição (18), correspondente ao título que estamos a analisar, e tentemos verificar as respectivas condições de verdade. Começemos pelos pares (A,I) e (I,A). Sem dificuldade podemos verificar que no par (A,I) se for verdade

que A (Todas as construções são admitidas), então é verdade que I (Algumas construções são admitidas). Diz-se, na terminologia clássica, que a proposição I é uma subalterna da proposição A. Todavia, o mesmo não se pode dizer em relação ao par (I,A): ainda que seja verdade que I (Algumas construções são admitidas), não podemos saber se a proposição A (Todas as construções são admitidas) é ou não verdadeira.

Nos pares (E,I) e (I,E), se um dos seus elementos for verdadeiro, o outro é falso, e se um for falso, o outro é verdadeiro. De facto, se for verdade que I (Algumas construções são admitidas), então não pode ser verdade que E (Nenhuma construção é admitida). Do mesmo modo, se não for verdade que I (Algumas construções são admitidas), então tem de ser verdade que E (Nenhuma construção é admitida). Diz-se que as proposições destes pares são contraditórias entre si.

¹² Para uma exposição detalhada, mas acessível, da lógica aristotélica vd. por exemplo, Zilhão (2001).

Por fim, nos pares (I,O) e (O,I), os seus elementos não podem ser ambos falsos, mas podem ser ambos verdadeiros. Com efeito, se for falso que I (Algumas construções são admitidas), então tem de ser verdade que O (Algumas construções não são admitidas); e se for falso que O (Algumas construções não são admitidas), então tem de ser verdade que I (Algumas construções são admitidas). Todavia, se for verdade que I (Algumas construções são admitidas), pode ser igualmente verdade que O (Algumas construções não são admitidas); e se for verdade que algumas construções não são admitidas, pode ser verdade que algumas são admitidas.

Voltemos ao título que temos vindo a analisar e aceitemos a sua leitura preferencial, i.e., que “RR admite construções no Parque da Cidade” deve ser lido como “RR admite *algumas* construções no Parque da Cidade”. Tendo em conta as relações lógicas descritas do Quadrado das Oposições, podemos concluir que o título “Rio admite construções na Parque da Cidade”:

1) não afirma que RR admite *todas* as construções Parque da Cidade, mas também não o nega, autorizando assim uma das leituras possíveis do título, a leitura genérica;

2) nega que “RR *não* admite construções no Parque da Cidade”, porque (18) e (20) são proposições contraditórias entre si. Por outro lado,

3) tendo em conta as relações de subcontrariedade entre as Particulares Afirmativas e as Particulares Negativas, podemos dizer que se é verdade que “RR admite *algumas* construções no Parque da cidade”, então também pode ser verdade que “RR *não* admite *algumas* construções no Parque da Cidade”.

Sendo assim, e aceitando que não pretendia dizer que RR admite *todas* as construções no Parque da Cidade, o autor do título tanto poderia ter escrito “RR admite algumas construções no Parque da Cidade”, como “RR *não* admite algumas construções no Parque da Cidade”. Os efeitos no leitor seriam, certamente diferentes, mas as condições de verdade manter-se-iam, e é das condições de verdade que estou a falar.

A questão que se coloca é a seguinte: poderia o autor do artigo transmitir esta ideia – a ideia de que RR não admite algumas construções no Parque da Cidade – sem usar o quantificador *algumas*, i.e., continuando a usar um plural simples, como em (22)?

(22) RR não admite construções no Parque da Cidade.

A resposta é, claramente, negativa. A negação opera uma transformação aspectual transformando a situação descrita pelo enunciado num estado, que não admite excepções no intervalo de tempo descrito. A leitura preferencial deste enunciado seria a de que *nenhuma* construção seria admitida, como em (23) ainda que utilizássemos os sinónimos de *admitir* usados anteriormente.

(23) RR não *aprova/aceita a hipótese de* construções no Parque da Cidade.

Concluindo, se o autor do título queria informar os leitores do JN de que Rui Rio admitia *algumas* construções e não construções em geral, devia ter escrito “Rio

admite *algumas* construções no Parque da Cidade” e não “Rio admite construções no parque da Cidade”.

9. Primeira conclusão

Mostrei que “Rio admite construções no Parque da Cidade” é um título ambíguo que permite, pelo menos duas leituras: uma leitura genérica, segundo a qual RR admite *em geral*, ou *aceita a hipótese de* construções no Parque da Cidade; e uma leitura existencial que diz que RR aprova *algumas (pelo menos duas)* construções. Embora esteja convencido de que o contexto linguístico em que ocorre o plural simples – a natureza aspectual do verbo *admitir* e o tempo verbal em que é utilizado – aponta para uma leitura genérica, as investigações semânticas e pragmáticas actuais defendem que a leitura preferencial é a existencial. Por conseguinte, a leitura preferencial de “Rio admite construções no Parque na Cidade” deve ser “RR admite *pelo menos duas* construções no Parque da Cidade”.

Chegados aqui, será que estamos em condições de responder a duas questões sugeridas no comunicado da Presidência da Câmara do Porto, a saber,

1^a – É o título “uma subtil manipulação – das declarações do entrevistado, – um abuso ilegítimo de interpretação, com a intenção clara de enganar os leitores [–]?”

2^a – Pode o título criar – no subconsciente dos leitores a ideia de que [o entrevistado alterou o seu] pensamento sobre o futuro do parque da cidade?

Para a primeira questão o linguista não tentou sequer encontrar uma resposta. Não é esse o objectivo deste trabalho, nem os instrumentos utilizados na análise seriam suficientes para tentar dar uma resposta. Mas já quanto à segunda questão a resposta é afirmativa.

Pelo que ficou demonstrado, o linguista não tem dúvidas em concluir que o título pode criar – não – no subconsciente –, mas no consciente dos leitores – a ideia de que o Presidente da Câmara do Porto já não mantém a garantia de que não haverá construções no Parque da Cidade. Como vimos, seja qual for a leitura do título, genérica ou existencial, o que é dito é que Rui Rio *aprova/aceita a hipótese de* construções no Parque da Cidade, ou seja, que o entrevistado – alterou o seu pensamento sobre o futuro do Parque da Cidade.

10. O Teste de Ramsey

Até aqui, limitei-me a analisar o enunciado da manchete da primeira página em si mesmo. Parece-me contudo que, chegado a este ponto, convém, no mínimo, fazer uma tentativa para avaliar se o título, com qualquer das leituras referidas,

corresponde às declarações do entrevistado. Recordemos, por isso, a parte relevante da entrevista:

JN – Mas continua a dar a garantia de que não vai haver construções no Parque da Cidade

RR – É uma garantia que tem de ser entendida de uma forma equilibrada e com bom-senso. Quando digo que não há construções, estou a referir-me à especulação imobiliária. Não estou a imaginar, mas pode haver um qualquer pormenor, um remate – Neste mandato tenho condições para tentar uma solução.”

JN – Acha que é a altura de lançar o debate que nunca foi feito?

RR – Vou dar uma resposta arriscada: admita que aparecem outros pressupostos que me levam a equacionar outro raciocínio. É evidente que para chegarmos a outra solução, tinha sempre de passar pelo maior debate que alguma vez foi feito no Porto. (JN, 30/10/2005, p.5)

Numa primeira análise, e sem faltar ao rigor, podemos dizer que o entrevistado afirma que pode vir a “equacionar outro raciocínio” se aparecerem outros pressupostos. Visto de outro modo, o que temos aqui é uma condicional, se p , então q (em que p , o antecedente, corresponde a “aparecerem outros pressupostos” e q , o consequente, a “equacionar outro raciocínio”), que se pode representar pela fórmula (24):

(24) Se p – q

Tendo em conta a complexidade da discussão acerca das condicionais – a discussão, filosófica ou linguística, sobre o tema continua aberta – não vou sequer tentar sair do que for estritamente necessário para tentar estabelecer uma correspondência entre o que diz o título e o que é dito na entrevista.¹³

As condicionais como (24), que lidam com estados de informação cujo conhecimento está sujeito a revisões, são conhecidas como condicionais hipotéticas¹⁴ ou epistémicas e têm dado origem a estimulantes estudos acerca da forma como deve ser calculado o seu significado em função da revisão da informação do antecedente, estudos com incidência em áreas tão diversas como a inteligência artificial, o controlo do tráfego, a medicina, o mercado financeiro ou a guerra, em que o cálculo subjectivo de probabilidades é importante.

¹³ Para uma introdução relativamente breve ao tema, vd a entrada “Condicionais, teoria das” em Branquinho (2001:151).

¹⁴ Ver, por exemplo, (Brito, 2003b:707)

Um das primeiras hipóteses de resolução do problema deve-se a Frank P. Ramsey, filósofo e matemático de Cambridge que, numa nota de rodapé do manuscrito de *General Propositions and Causality* (Ramsey, 1931:247)¹⁵, escreve:

If two people are arguing “If p will q?” and are both in doubt as to p, they are adding p hypothetically to their stock of knowledge and arguing on that basis about q; so that in a sense “If p, q” and “If p, not q” are contradictories. We can say that they are fixing their degrees of belief in q, given p. If p turns out false, these degrees of belief are rendered void. If either party believes not p for certain, the question ceases to mean anything to him except as a question about what follows from certain laws or hypothesis.

Esta formulação, que ficou conhecida como Teste de Ramsey, e que está na origem da Teoria da Revisão de Crenças (*Belief Revision Theory*), tem sido objecto de reformulações, de refutações e de apoios.¹⁶ De forma simplificada, e tendo presente a formula (24), o que a Teoria diz é que só se pode afirmar *q* (“equacionar outro raciocínio”) se, e só se, *p* (“aparecerem outros pressupostos”) pertencer à informação disponível. Aplicado à análise da relação entre o título do JN e as palavras do entrevistado, podemos dizer que só é possível afirmar que RR “equacionou outro raciocínio” em relação às construções no Parque da Cidade se tiverem “aparecido outros pressupostos”.

Em boa verdade, nem isto podemos dizer, porque, de acordo com a entrevista, RR faz depender “outra solução” do “maior debate que alguma vez foi feito no Porto”. Por isso, a fórmula (24) deverá ser modificada do seguinte modo.

(25) Se $p \ \& \ z - q$ (em que *z* corresponde ao debate referido)

Resumindo, considero que é lícito afirmar que a informação constante do título da primeira página não corresponde à informação veiculada pelas declarações transcritas na entrevista. Um título possível, que respeitasse esta informação poderia ser: “RR não exclui a hipótese de construções no parque da Cidade” ou “RR admite a possibilidade de construções no Parque da Cidade”, ou ainda “RR não dá garantias de que não se construirá no Parque na Cidade”. Desta forma seria dada ao leitor a informação de que o presidente da câmara não dava as mesmas garantias que no mandato anterior – se era essa a intenção do autor do título – sem afirmar algo não autorizado pelo estado de informação disponível no momento da redacção.

¹⁵ O manuscrito de Ramsey está disponível em linha no DSpace da Universidade de Cambridge: <http://www.dspace.cam.ac.uk/handle/1810/194722>

¹⁶ cf., entre outros Bradley (2007)

11. Conclusão

Permite a análise feita ao título que gerou tanta polémica afirmar que houve manipulação, como é afirmado no comunicado da presidência da Câmara do Porto? Como já foi dito mais atrás, a análise linguística não permite entrar no domínio das intenções. Para que fosse possível adiantar uma hipótese, seria necessário, no mínimo, analisar um *corpus* de textos do mesmo autor suficientemente vasto para que fosse possível verificar a ocorrência de determinados padrões como se faz, por exemplo, em linguística forense.

Todavia, não negando nem afirmando a hipótese de manipulação, em minha opinião tratar-se-á mais de inabilidade no uso dos recursos linguísticos. A ser manipulação, ela não será “subtil”, como sugere o comunicado da presidência da câmara, porque, como mostrei, teria sido possível conseguir um efeito similar – a ideia de que RR já não garantia que não haveria construções no Parque da Cidade – utilizando construções bem menos polémicas.

Por isso coloquei como um dos objectivos desta investigação o convite aos jornalistas – e, sobretudo às escolas de jornalismo – para que introduzam nas suas preocupações a reflexão sobre a língua e a linguagem.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Barbosa, Joaquim, 2006, “Sandra Silberstein: War of Words: language, politics and 9/11” *Linguística: Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto*, 1, pp. 165-269.
- Branquinho, J., & D. Murcho, D. (Orgs.), 2001, *Enciclopédia de termos lógico-filosóficos*. Lisboa: Gradiva.
- Benveniste, Émile, 1976, *O Homem na linguagem*, Lisboa, Vega.
- Böll, Heinrich, 1974, *A Honra perdida de Katharina Blum*, Lisboa, Europa-América.
- Bradley, Richard, 2007, “A Defence of the Ramsey Test” *Mind*, 116, pp. 1-21.
- Brito, Ana Maria, 2003a, “Categorias Sintáticas” in Mateus, Maria Helena *et alli* (orgs.) *Gramática da Língua Portuguesa*, 5ª ed., Lisboa, Caminho, pp. 323-432.
- Brito, Ana Maria, 2003b, “Subordinação adverbial” in Mateus, Maria Helena *et alli* (orgs.), *Gramática da Língua Portuguesa*, 5ª ed., Lisboa, Caminho, pp. 695-728.
- Camus, Albert, 1950, *Actuelles*, Paris, Gallimard. (trad. port., *Actualidades*, Lisboa, Contexto, 2001)
- Carlson, Greg N., 1977, “A Unified Analysis of the English Bare Plurals” *Journal of Philosophy*, 1, pp. 413-58 (Reimpr. in Portner, Paul & Barbara Partee (orgs.), 2002, *Formal Semantics: The Essential Readings*, Oxford, Blackwell, pp. 35-74).

- Grice, H.P., 1975, "Logic and conversation" in Cole, P. & J. Morgan (orgs.) *Syntax and Semantics 3: Pragmatics*, New York, Academic Press, pp.41-58.
- Krifka, Manfred, 2004, "Bare NPs: Kind-referring, Indefinites, Both, or Neither". Proceedings of Semantics and Linguistic Theory (SALT) XIII, University of Washington, Seattle. Edited R. B. Young & Y. Zhou, CLC Publications, Cornell, 2004. (Disponível em <http://amor.rz.hu-berlin.de/~h2816i3x/Publications/BarePluralsSalt13.pdf>, 28/4/2008)
- Lopes, Óscar, 1958, *As mãos e o espírito*, Porto, Tipografia do Carvalhido. (Reed. Porto, Campo das Letras, 2007).
- Machado, José Pedro (coord.), 1981, *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, Lisboa, Sociedade da Língua Portuguesa/Amigos do Livro.
- Oliveira, Fátima, 1997, "Frases genéricas" in Brito, Ana Maria *et alli* (orgs.) *Sentido que a vida faz: estudos para Óscar Lopes*, Porto, Campo das Letras, pp. 745-755.
- Oliveira, Fátima, 2003, "Tempo e Aspecto" in Mateus, Maria Helena *et alli* (orgs.), *Gramática da Língua Portuguesa*, 5ª ed., Lisboa, Caminho, pp. 127-178.
- Ramsey, Frank P., 1931, *The Foundations of Mathematics and Other Logical Essays*, New York, Routledge and Kegan Paul.
- Russel, Benjamin, 2006, "Against Grammatical Computation of Scalar Implicatures" *Journal of Semantics*, 23, pp. 361-382.
- Silberstein, Sandra, 2004, *War of Words: Language, Politics and 9/11*, New York, NY, Routledge.
- Spector, Benjamin, 2007, "Aspects of the pragmatics of plural morphology: on higher-order implicatures" in Suerland, Uli & Penka Stateva (orgs.) *Presupposition and implicatures in compositional semantics*, New York, NY, Palgrave Macmillan, pp. 243-281.
- Zilhão, António, 2001, *40 lições de Lógica Elementar*, Lisboa, Edições Colibri.